

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
DEZASSEIS**

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

- a) Palavra do Presidente;
- b) Aprovação da Composição do Júri para o Procedimento Concursal para o cargo de Chefe de Divisão da Administração Geral;
- c) Aprovação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Serviço Público de Transporte de Passageiros;
- d) Aprovação dos Documentos Previsionais para 2017.

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Adelino Maximiano Figueiredo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel dos Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração às atas das anteriores

sessões; não se tendo verificado nenhuma proposta, colocou à votação a ata da sessão ordinária de vinte e oito de setembro tendo sido aprovada por maioria com seis votos contra e três abstenções.

Relativamente à ata da sessão extraordinária de vinte e três de novembro, interveio o Membro da Assembleia Luís Ginja para referir que cada um tem uma visão diferente da democracia e do lugar onde se encontram; o resultado da última sessão da Assembleia Municipal agradou a todos mas a forma pouco séria com que os trabalhos foram conduzidos pela Mesa da Assembleia Municipal não se coaduna com a sua ideia de democracia tendo, por isso, abandonado a sala antes do encerramento da sessão e, nessa medida, irá votar contra a ata porque não transcreve o que realmente se passou.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que qualquer comentário de natureza política deveria ser feito no Período Antes da Ordem do Dia devendo os Membros da Assembleia cingir-se aos comentários referentes às atas.

O Membro da Assembleia Carlos Costa referiu que a ata da Sessão Extraordinária não transcreve totalmente o que se passou.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata da sessão extraordinária de vinte e três de novembro tendo sido a mesma aprovada por maioria com dez votos contra e duas abstenções.

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Membro da Assembleia Carlos Costa para referir que não pode deixar de comentar o que se passou na última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente a pressa com que foi feita a votação, uma vez que, dada a composição das bancadas, o resultado teria sido o mesmo; acrescentou que vai solicitar uma cópia da gravação correspondente à sessão em causa porque acha que a votação não foi bem conduzida, deveria ter sido mais pausada e o futuro nos dirá quais as consequências da mesma.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra começou por cumprimentar o executivo pela demolição do imóvel junto à igreja da misericórdia, uma vez que vai deixar de constituir um perigo para quem mora nas redondezas.

Referiu que este vai ser o último orçamento deste mandato e que havia muita expectativa relativamente a esta mudança e a este executivo mas, quase

decorridos quatro anos de mandato é com mágoa que diz não ter visto o trabalho que esperava.

Reconheceu que o cenário macro-económico do concelho e do país não era propício e que a herança do anterior executivo não era favorável mas continuamos sem rumo para o futuro e sem perspetivas de desenvolvimento; não há criação de postos de trabalho e a Zona Industrial de Fornos de Algodres continua adormecida.

Referiu também que não vê neste orçamento nada que favoreça a produção mas sim quantias exorbitantes para gastar em jardins e numa escola que não faz parte do Parque Escolar Nacional, quantias essas que deveriam ser usadas para infraestruturas, criação de empresas e postos de trabalho.

Por fim referiu que apesar das condições adversas gostaria de ter visto mais trabalho.

O Sr. Presidente da Câmara começou por desejar um bom ano a todos.

Referiu que apesar de não concordar com a avaliação política do Membro da Assembleia Cristina Guerra, registou as suas observações.

Relativamente à demolição do imóvel esclareceu que para poderem intervir era necessário ter a posse administrativa do mesmo e que, depois de decisão tomada por unanimidade em reunião de câmara, procederam à demolição da parte superior do imóvel, que era a mais problemática e que punha em causa a segurança dos transeuntes; posteriormente notificaram o proprietário para lhe darem a conhecer os custos da demolição para que, eventualmente, após a posse administrativa do mesmo e, se o proprietário não tomar medidas, a Câmara possa intervir.

Em relação à escola do 1.º ciclo de Figueiró da Granja o acordo entre a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e a Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela determinava a remodelação de uma escola do 1.º ciclo para a qual estavam contemplados cerca de duzentos mil euros e, na medida em que, a escola do 1.º ciclo de Fornos não era elegível, achou por bem intervir na escola de Figueiró da Granja porque se futuramente houver falta de alunos e a escola tiver de encerrar, estará pronta para outro tipo de valências.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: “Palavra do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea

c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º382 datado de 15 de dezembro de 2016, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocando três questões ao Sr. Presidente da Câmara: quais são as obras de requalificação e manutenção que estão a ser feitas na praia fluvial; a quem pertence o relvado do Estádio Municipal, uma vez que a sua manutenção está a ser feita às expensas da Câmara Municipal e, caso pertença ao particular, a Câmara estará a cometer um crime; qual foi o resultado da tentativa de conciliação, no dia sete de dezembro, em que estiveram presentes os advogados da Câmara Municipal, Terras Serranas e Rominvescol.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que as obras na Praia Fluvial foram realizadas de acordo com parecer favorável dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal.

Relativamente à questão do Estádio Municipal, o Sr. Presidente da Câmara referiu que se o relvado é utilizado por nós, continuaremos a dizer que é nosso.

Em relação à reversão dos terrenos da Serra da Esgalhada, houve uma audiência prévia realizada no dia sete de dezembro de 2016, em que estiveram presentes os advogados das empresas e os advogados da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, mas nada ficou decidido; a doutora juíza solicitou aos presentes quais as suas pretensões para que fosse agendada uma nova reunião para o dia vinte e três de janeiro de 2017.

Por fim referiu que quando houver uma posição definida relativamente a este assunto a comunicação à Assembleia Municipal.

Passou-se de seguida à alínea b) da Ordem de Trabalhos: “Aprovação da Composição do Júri para o Procedimento Concursal para o cargo de Chefe de Divisão da Administração Geral”

O Sr. Presidente da Câmara referiu tratar-se de um procedimento normal a abertura de concurso público para preenchimento da vaga de Chefe de Divisão da Administração Geral tendo proposto para composição do júri as personalidades a saber:

- Dr. António José Amaral Almeida, Diretor do Núcleo da Segurança Social da Guarda;
- Dr. António José Dinis Miraldes, Coordenador da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- Dr. António Carlos Camejo Martins, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- Dr. Jaime Lino Neto Pereira Pinto, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal do Sabugal;
- Eng. Paulo Manuel das Neves Santos, Chefe de Divisão Técnica Municipal da Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea b) da Ordem do Dia à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: “Aprovação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Serviço Público de Transporte de Passageiros”.

O Sr. Presidente da Câmara informou que, em conformidade com parecer do IMT, a gestão do Serviço Público de Transporte de Passageiros deveria passar para a competência das Comunidades Intermunicipais; os concelhos de pequena dimensão como o de Fornos de Algodres não têm poder negocial para que a rede de transportes seja mais eficaz e, nesse sentido, entendeu-se entregar a gestão desta matéria às Comunidades Intermunicipais, com mais poder negocial junto das empresas de transportes mas, para tal, é necessário a sua aprovação em Assembleia Municipal.

Interveio o Membro da Assembleia Cristina Guerra para referir que irá abster-se relativamente a esta matéria porque não acredita na Comunidade Intermunicipal e é com desgosto que vê uma associação composta maioritariamente por presidentes de câmara do interior, com tanta inércia e que nada tem feito pelo interior do país.

Referiu também que gostaria que houvesse transporte para Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital ou Celorico e não só para Guarda e Viseu.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que as Comunidades Intermunicipais foram criadas pelo anterior governo, no início havia duas Comunidades Intermunicipais tendo sido posteriormente agregadas numa só; reconheceu que há vários problemas, nomeadamente em relação ao quadro 2020 que tem

sofrido atrasos relativamente à sua implementação mas acredita que a respeito desta matéria será mais fácil haver negociações por parte da Comunidade Intermunicipal junto das empresas de transportes, uma vez que é composta por quinze câmaras municipais, algumas de grande dimensão.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea c) à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com uma abstenção da deputada da Bancada do CDS-PP.

Passou-se de seguida à alínea d) da Ordem do Dia: “Aprovação dos Documentos Previsionais para 2017”.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara informando que este é o último orçamento desta legislatura, o qual privilegia algumas áreas importantes a saber:

- o projeto de loteamento da Zona Industrial de Juncais está concluído faltando apenas saber se haverá algum tipo de financiamento, no âmbito da CIM, para as infraestruturas necessárias;
- relativamente às fossas, estão em elaboração três projetos para posteriormente se candidatarem ao POSEUR; estão previstas quatro intervenções consideradas prioritárias, nomeadamente as fossas da Muxagata, Vila Ruiva, Algodres e C+S de Fornos de Algodres.

O Sr. Presidente da Câmara informou ainda que este orçamento foi elaborado com base no documento previamente apresentado à Assembleia Municipal para apreciação mas, havendo uma alteração relativamente à forma como o documento estava desenhado, foi enviada uma cópia da minuta de ata da Assembleia Municipal à Direção do FAM para estes se pronunciarem e, posteriormente, fazerem os ajustamentos necessários relativamente aos encargos financeiros.

Por fim referiu que estão condicionados ao parecer do FAM, mas espera que em fevereiro ou março haja já uma definição clara relativamente a esta matéria; o saldo de gerência será apenas incorporado em maio caso haja necessidade de reforçar os valores para fazer face ao novo quadro do FAM.

Relativamente a este ponto interveio o Membro da Assembleia Cristina Guerra para referir que é com tristeza que vê a vinda dos técnicos do FAM à Assembleia Municipal uma vez que impuseram a sua vontade e não agiram com imparcialidade. Na primeira vez que estiveram presentes na Assembleia

Municipal apresentaram uma proposta supostamente a melhor para o município e, quando questionados acerca da mesma, referiram ser um plano perfeitamente exequível; na segunda vez que estiveram presentes justificaram a existência de um segundo plano dizendo que o primeiro não era praticável. Referiu também que o FAM vale o que vale acrescentando que entrava em incumprimento com todos, uma vez que a dívida não é sustentável a trinta e cinco anos e tudo o que venham dizer em contrário é mentira.

Parabenizou o Sr. Presidente da Câmara porque finalmente a fossa da C+S vai ter condições de salubridade; referiu ainda que numa ata o Sr. Presidente afirmou relativamente à água das Forçadas que se esta constituísse um perigo para a saúde pública ele interviria, mas a questão das fossas da C+S mantém-se há cerca de vinte anos e o Sr. Presidente tardou em agir.

Relativamente ao orçamento sabe que se tratam de documentos previsionais mas, sobretudo quando os montantes que estão a aprovisionar em determinadas rubricas são significativos, nomeadamente na rubrica “outros”, gostava que fosse dado poder aos técnicos para abrirem rubricas para cabimentação das verbas, na medida em que, a rubrica com maior valor é “outros” e isso não é transparência nem democracia; a Assembleia é o órgão fiscalizador do município ao qual deve ser dada a maior quantidade de informação possível.

Interveio o Membro da Assembleia Marcos Paulo para apresentar uma declaração de voto acerca dos documentos previsionais para dois mil e dezassete que a seguir se transcreve:

“A apreciação dos Documentos Previsionais para 2017 fica, desde logo, prejudicada pela não conformidade dos mesmos com as alterações introduzidas ao Programa de Ajustamento Municipal, mais concretamente, ao mapa de encargos com o serviço da dívida resultante da reestruturação financeira. E isso seria motivo suficiente para uma rejeição liminar dos documentos.

Desconhecemos, contudo, quais as razões que subjazem a tal situação, assim com a justificabilidade das mesmas, sem, no entanto, podermos deixar de referir que a decisão da Assembleia Municipal que suprimiu o período de carência de capital, até porque unânime, deveria merecer um maior empenho e uma maior celeridade na respetiva aplicação, permitindo, assim, que hoje, os

Documentos que estivessem a ser apreciados fossem aqueles que, de facto, irão superintender à atividade municipal durante o ano de 2017.

Efetuar, assim, qualquer apreciação crítica dos documentos apresentados seria, pois, inútil, redutor e até despropositado.

Contudo e indo ao encontro das observações oportunamente efetuadas pelos Srs. Vereadores do PSD, aquando da votação do Documento na Câmara Municipal, não poderá passar despercebida a ambiguidade de algumas rubricas orçamentais, assim como, ao invés das sugestões que os eleitos do PSD têm vindo a apresentar, a ausência completa, na proposta de Relatório de Atividades e Orçamento para o Município de Fornos de Algodres, apresentada pelo executivo camarário, para o ano de 2017, de políticas conducentes, quer ao investimento, quer à criação de condições que fomentem empregos duradouros, demonstrando assim uma falta de visão, de plano, de estratégia, e de medidas adequadas para a fixação e bem-estar das populações no concelho.

Assim, e reiteramos, analisando apenas as principais linhas orientadoras, um plano que não assente na captação de investidores e investimento, criando postos de trabalho necessários ao desenvolvimento do Concelho e à melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, não poderá, em situação alguma, merecer a nossa concordância.

Nestes termos, embora os Documentos Previsionais para 2017 não estejam em conformidade com a decisão da Assembleia Municipal acima referida, o que, por si só, deveria conduzir à rejeição limiar dos mesmos, a Bancada do PSD, numa atitude responsável, entende que tal situação poderia acarretar diversos entraves à gestão autárquica, pelo que se irá abster nesta votação, recomendando, no entanto, à Câmara Municipal, a adequação de tais documentos àquela decisão.”

O Membro da Assembleia Maria João Castanheira questionou o Sr. Presidente da Câmara qual o motivo da redução das transferências para as Juntas de Freguesia.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que essa redução nada tem a ver com os contratos que foram assinados com as Juntas, mas estão relacionadas com as transferências das verbas dos atos eleitorais, na medida em que este ano apenas haverá um.

Relativamente à apreciação feita pelo Membro da Assembleia Cristina Guerra sobre os técnicos do FAM referiu que é a sua opinião e que a respeita, e que as pessoas em questão foram indicadas pela Direção Geral de Finanças, pela Associação Nacional de Municípios e pelo Secretário de Estado da Administração Local.

Quanto à questão da rubrica “outros”, foi explicado pelos técnicos que, conforme o documento está elaborado, não era possível classificar determinadas despesas dentro das rubricas existentes, havendo necessidade de criar uma sub-rubrica.

Em relação às fossas da C+S a Câmara irá resolver rapidamente essa questão.

No que diz respeito à água das Forçadas e, de acordo com as análises efetuadas, esta não cumpre os parâmetros mínimos mas não põe em causa a saúde pública, de qualquer maneira, vai ser necessário fazer uma intervenção no local.

Relativamente à declaração de voto da Bancada do PSD, o Sr. Presidente da Câmara referiu que quando a Direção do FAM se pronunciar acerca da deliberação tomada em Assembleia Municipal, farão os ajustamentos necessários ao documento.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a alínea d) da Ordem do Dia tendo sido a mesma aprovada por maioria com um voto contra da deputada do CDS-PP e catorze abstenções dos membros da bancada do PSD e dos Presidentes das Juntas de Infiás, Muxagata, União de Freguesias de Sobral Pichorro e Fuinhas, União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão, União de Freguesias de Cortiçô e Vila Chã, Junta de Freguesia de Matança e Junta de Freguesia de Queiriz.

Passou-se de seguida ao Ponto Três da Ordem do Dia: “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”.

Interveio o Membro da Assembleia Luís Ginja referindo que não partilha da opinião catastrófica do Membro da Assembleia Cristina Guerra relativamente ao concelho, acrescentando que as pessoas andam mais alegres.

Em relação ao FAM referiu que é do conhecimento de todos que o novo plano é mais vantajoso que o anterior Plano de Reequilíbrio Financeiro,

nomeadamente no que diz respeito à questão dos passivos contingentes e, nessa medida, temos de confiar nele porque só assim se consegue resolver o problema.

Voltando ao tema da sua primeira intervenção que se prendia com a dignidade do Órgão, informou que foi chamado à GNR por causa de uma participação supostamente feita pela Mesa relativamente à forma como decorrem os trabalhos e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Assembleia se a participação foi feita pela Mesa, o que em concreto lá foi fazer uma vez que todas as questões que lhe colocaram incidiam sobre a intervenção do público na Assembleia Municipal.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu que a sessão da Assembleia funcionou com calma e que os trabalhos decorreram dentro da normalidade.

Congratulou o executivo pelo esforço demonstrado na dinamização do comércio local, apesar das dificuldades financeiras que o município atravessa.

Em relação à questão da escola do 1.º ciclo de Figueiró da Granja é da opinião que o dinheiro ali investido servirá, no futuro, para a população e, nessa medida, havendo possibilidade de gastar essa verba, acha bem que o façam.

Referiu que tem também algumas reticências relativamente à Comunidade Intermunicipal, da qual faz parte, assim como o Membro da Assembleia Artur Oliveira, uma vez que há muitos atrasos nas verbas, nomeadamente nas verbas respeitantes ao insucesso escolar, que poderiam servir para colmatar falhas e, nessa medida, caberá ao Sr. Presidente da Câmara reivindicar junto da Comissão executiva, tudo o que seja possível para o concelho de Fornos de Algodres.

Relativamente à questão da Serra da Esgalhada e ao processo que se encontra em Tribunal, apelou à moderação e à paciência.

No que diz respeito ao campo de futebol referiu que não será o proprietário do hotel que lá fará investimentos, a Associação Desportiva está a funcionar, precisa de um campo para jogar e, como tal, a Câmara deverá continuar a fazer a sua manutenção.

Reiterou o pedido feito em assembleias anteriores para que sejam cortadas as mimosas e as árvores que já estão na via pública (antigo IP5) e constituem um perigo para quem lá passa.

Por fim desejou a todos um feliz Natal com paz e saúde.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse chegar aos Membros da Assembleia os resultados da auditoria.

Referiu também que as pessoas em Fornos de Algodres andam mais contentes mas o contentamento tem a ver com a resistência em ficar cá mais um ano, uma vez que a maioria teve de emigrar.

Congratulou o executivo pela organização da festa realizada no jardim para a comunidade mais jovem, referindo que foi interessante e uma boa iniciativa de Natal e, por fim, desejou a todos um santo e feliz Natal.

O Sr. Presidente da Assembleia congratulou-se com a abertura do Tribunal referindo que foi a maior aberração política tomada pelo anterior governo e deu os parabéns a todos os que lutaram por isso uma vez que é mais um serviço a funcionar em Fornos e todos ficam a ganhar .

De seguida solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que resolvesse os problemas com o pagamento das despesas da ADSE relativamente a alguns funcionários, uma vez que alguns precisam do dinheiro e, se há problemas na legalidade ou formalidade dos documentos, alguém os ensine como proceder porque é inconcebível estarem seis meses ou mais sem receber.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente à questão da ADSE é uma situação a resolver mas, como sabe, a forma como foram formulados e acompanhados os documentos não estavam de acordo com a lei e, nessa medida, foi pedido parecer, uma vez que as quantias eram muito avultadas. Houve situações que já foram resolvidas porque os documentos foram corrigidos pelos funcionários, os restantes foram elucidados nesse sentido.

Relativamente aos resultados da auditoria reconheceu que está em falha, mas fará chegar ao líder de cada bancada um exemplar dos documentos.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que no ponto correspondente à intervenção do público, um cidadão fez intervenções de forma reiterada que

não estavam de acordo com a lei, nessa medida, fez uma participação ao abrigo dos números 4 e 5 do artigo 49º que previa a aplicação de coimas e o que se passou posteriormente é da inteira responsabilidade da juíza, que entendeu que havia um crime; acrescentou que não era essa a sua intenção e que não sabia que incorria em crime de desobediência quem não acatasse as ordens do Presidente da Assembleia.

Por iniciativa da Juíza da Comarca de Gouveia foi levantado um processo crime no qual serão ouvidos todos os membros da assembleia.

Passou-se de imediato ao Ponto Quatro da Ordem do Dia: “Intervenção do Público”, tendo sido antecipadamente entregue à Mesa da Assembleia um requerimento do elemento do público Maria João Vasconcelos onde solicitava que retirassem a fogueira colocada junto ao Pelourinho na zona antiga de Fornos de Algodres, alegando que iria causar grandes labaredas e muito fumo.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, numa parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e, cumprindo uma tradição que foi interrompida durante muitos anos, ficou decidido fazer uma fogueira de Natal junto ao Pelourinho, o processo foi acompanhado pela Proteção Civil e Serviços Técnicos da Câmara Municipal e, como tal, não porá em causa bens ou pessoas.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação em minuta da deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes;depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Assembleia.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos um feliz Natal e deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário